



Minuta da Acta nº 24/2007

	Presentes	Faltas	
		Justif.	N Justif.
Presidência ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO	P		
Vereadores FERNANDO JOSÉ DE VASCONCELOS ARROBAS DA SILVA		F	
CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS	P		
JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO	P		
UMBERTO PEREIRA PACHECO	P		
PEDRO LUIS CONDE CALDEIRA SANTOS	P		
ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO	P		
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA	P		
MARIA CARLA DE CARVALHO VALENTE DE ALMEIDA	P		
ARTUR MARTINS FERREIRA	P		
MANUEL HENRIQUES BRIGUE FERREIRA DE ANDRADE	P		

Observações: O Sr. Vice-Presidente abandona a reunião, cerca das 16:08, não tendo participado na discussão a/ou votação dos pontos 9 a 11, inclusive.

Hora de Abertura: 15 horas e 30 minutos

1. Actas de reuniões Anteriores:

- Apresentação: - Acta nº 23/2007, de 26 Novembro.

- Aprovação: - Acta nº 22/2007, de 12 Novembro, que foi aprovada por unanimidade.

2. Balancete

Resumo Diário da Tesouraria nº 228 de 30 | 11 | 2007

Operações Orçamentais	€ 30 648 575,68
Operações Não Orçamentais	€ 2 943 157,32

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Início 15:30

1 - ANIVERSÁRIO DO SR. VEREADOR ARTUR FERREIRA.

O Sr. Presidente da Câmara felicita o Sr. Vereador Artur Ferreira pela passagem de mais um aniversário que comemura neste dia.

O Sr. Vereador Artur Ferreira agradeceu as felicitações.

2 - VENDA DO AUTODROMO DO ESTORIL - PETIÇÃO NA INTERNET PARA SUSPENSÃO DESTA VENDA.

O Sr. Vereador João Sampaio e Castro informou - Câmara Municipal que lançou uma petição na internet visando solicitar aos Ministérios das Finanças que suspenda a venda do Autódromo do Estoril. Essa petição, de que é o primeiro assinante, atingiu no período sexta-feira os prazos mil assinaturas necessárias para que o assunto seja debatido em plenário da Assembleia da República - além já se ter prazos mil e quinhentas - e já entrou em contacto com o Gabinete do Senhor Presidente da Assembleia da República no sentido de proceder à entrega dessa petição, o que faz intenção de fazer nos próximos dias.

3 - VOTAÇÃO DA PROPOSTA Nº 165/2007, NA REUNIÃO DE CÂMARA DE 26.11.2007, "ACORDO ESTRATÉGICO DE COLABORAÇÃO PARA O LARGO TERMO DO NOVO HOSPIITAL".

O Sr. Vereador Pedro Mendonça considerou que a última reunião de Câmara terminou de forma um pouco insipida, o que não lhe permitiu discutir algumas dúvidas sobre este ponto e a sua intenção até se votar contra. Apesar de se tratar de ratificação do Despacho 69/2007, do Sr. Presidente, no entanto, e tanto quanto lhe pareceu de leitura do documento, o que ficou estabelecido é que a Câmara fica a cuidar de um espaço verde que deveria ser da responsabilidade do hospital. Ou seja, a Câmara já cede terrenos, apropria terrenos, compra terrenos, responsabilizar-se pela construção dos acessibilidades etc. e que ainda se ficar responsável pela manutenção dos espaços verdes circundantes do hospital. Talvez fosse útil fazer um ponto de situação sobre quais foram, até agora, os encargos da Câmara neste processo, não só sobre as acessibilidades, como cedências, empréstios e apropriações de terrenos, para ver qual das áreas que ultrapassam a responsabilidade da Câmara.

O Sr. Vereador Pedro Caldeira Santos protestou pela forma como o Sr. Vereador colocou a questão. Considera que a questão

das acessibilidades ao futuro hospital e demandado importante e seiva de mais para ser tratado de forma simplista e com suspeição como o Sr. Vereador colocou. Sendo conhecido o projecto das acessibilidades e o projecto do perímetro do hospital, sendo conhecido o que foi apropriado, e os fins para que foi apropriado, pensa que o Sr. Vereador Pedro Janduz de Aguiar levantando alguma questão relacionada com o hospital, deveria ser mais objectivo do que aquilo que foi neste caso. Tudo aquilo que foi feito tem sido com o objectivo de conseguir cumprir talvez a infra-estrutura mais importante para este conselho. Tudo o que foi feito até agora, foi com base no projecto que está a ser aprovado, e portanto a haver alguma manifestação de discordância, pensa que ela deveria ser colocada de forma objectiva e perfeitamente identificada, e não "atirada para o ar" com o fim de levantar alguma suspeição.

O Sr. Vereador Pedro Janduz de Aguiar disse que o Sr. Vereador Pedro Caldeira Santos não terá percebido bem aquilo que disse. O objectivo da sua intervenção não teve a ver com questões de suspeição. Antes pelo contrário. Foi exactamente de dizer aquilo que efectivamente a Câmara está a fazer são coisas que deveriam ser da responsabilidade da Administração Central.

Em regra, a Câmara tem tido a responsabilidade sobre determinadas obras e tem feito determinadas obras a favor das populações e dos municípios, para que efectivamente se possa construir o hospital e isso tem sido um dado positivo.

O Sr. Presidente da Câmara disse que não importante ter presente uma questão fundamental e propósito dos autos. Em primeiro lugar, ao contrário do que sucede em todos os hospitais construídos pelo País, em centros de saúde, ou o que quer que seja de equipamentos em que a municipalidade entrega o terreno (ou o seu e perde esse bem, ou tem de o adquirir a privados) neste caso em particular do hospital de Cascais tal não sucedeu. Quem pagou ao Ministério da Defesa Nacional aquele terreno foi o Ministério da Saúde. A conjuntura favoreceu essa situação e certo por isso como é sabido, o Ministério do Ambiente tinha vontade de mudar, inesperadamente, com um ano de atraso, a solução. Foi, pelo seu lado a Câmara Municipal ter feito protestos veementes, não pela decisão, porque perante a sua vontade esta matéria a defendê-la desde a campanha eleitoral, era inevitável, mas perante a maneira de confirmação de que se iria avançar para ali, e não tendo encaminhado para esse fim, perante a repente, o que o Ministério do Ambiente entendeu, fez a um novo estudo de impacto acústico, decidiu que mudava aquele lugar. Isso acabou também por ser capacidade regular

(Continua no próximo)

Reunião de 3. 12. 1957

2. Câmara que em quinze dias levantou um lugar em alternativa que foi este, e cujo encargo para o Município foi a abertura de umas pequenas parcelas de terrenos adjacentes e para as acções de dadas e que tiveram de ser expropriadas. Mas muito menos do que aquilo que inicialmente estava previsto. Com efeito, alguns dos terrenos que estavam em vista ser expropriados - um deles até de um funcionário da Câmara - acabaram por não ser necessários, porque o Ministério da Saúde conseguiu fazer ajustes na implantação do hospital e, dessa forma, prescindir de alguns dos terrenos que nunca foram necessários. Em relação a questão de ser a Câmara a tratar dos espaços verdes, a verdade é que aquele espaço vai ficar fora do limite do hospital, pelos motivos que são, e por isso parece-me que era perfeitamente possível que o Ministério tivesse esses terrenos a Câmara. E que se ficasse ali um jardim a cargo do Estado, certamente que seria muito mais complicado dizer a uma empresa privada que tratasse de um jardim que, afinal, está fora do perímetro do hospital. Que eles tratem dos espaços dentro do perímetro do hospital, isso parece-me possível, agora fora desse perímetro não lhe parece e parece até que seria difícil de convencer-lhes disso. Foi essa a razão que convenci com o Ministério este arranjo, ali porque, no fundo, aquele espaço não seria fundamentalmente para proporcionar to autónomo, sendo a parte adjacente apenas de arranjo estético e de embelezamento no geral. Portanto em termos de custo final, em matéria de terrenos, foi das coisas mais baratas que jamais se fez neste país desde sempre. Quanto às infra-estruturas, o Estado debruça-se em necessário. Um conjunto de infra-estruturas e aí a Câmara teve de aceitar, até a uma fase final de amostragem e vai custar ao Orçamento Municipal vinte milhões de Guro. De resto parece-me que o próprio Conselho vai beneficiar essas infra-estruturas e não só o hospital.

O Sr. Vereador Pedro Joaquim interveio referindo que, face à explicação dada pelo Sr. Presidente da Câmara, mantinha o seu sentido de voto favorável na proposta n.º 162/57.

4- FUTURO DAS INSTALAÇÕES DO ACTUAL HOSPITAL DE CASCAIS.

O Sr. Vereador Pedro Joaquim perguntou se já existe algum plano sobre o que se vai fazer às instalações onde vem funcionando o Hospital de Cascais, já que há quem defenda que essas instalações devam ficar a servir como rede grande e apoio a várias valências do novo hospital.

O Sr. Presidente da Câmara lembrou que se trata das instalações de Caravelas, Hospital Dr. José de Almeida, e do Hospital Cuides de Castro Guimarães no centro de Cascais. O Estado já disse claramente que não quer, nem precisa, de qualquer instalação de rede de hospitais ou de saúde nas áreas locais. O que precisa é de alienar património, como se pode constatar da leitura das notícias publicadas frequentemente nos jornais. Portanto, o que o Município já anda a pesquisar é o que se pode fazer e aí ainda não tem nenhuma resposta conclusiva da Câmara, mas o que se fez é que em relação ao Hospital Dr. José de Almeida, o PDH clarificou aquele espaço como de "Desenvolvimento Turístico", com uma parte urbana. No caso de Cascais, é centro histórico. Agora aquilo que está definido pelo Município é que não está previsto nenhum hospital de retaguarda. Aquilo que lhe parece importante era o centro de saúde poder ter uma atividade mais alargada, para além de ir - deslocar - ao hospital. Aquilo que tem vindo a defender como retaguarda é a existência de uma unidade para cuidados paliativos, mas isso não lhe parece ser viable a ser no centro de Cascais. Mas neste aquando, que por o Município da Saúde, no caso de Caravelas, por o Município de Saginanga e por o caso de Cascais, tenham uma posição concertada sobre esse assunto, o que poderá vir a ocorrer talvez em 2009.

5- BIBLIOTECA XT FREQUENCIA DO ESTUÍL.

O Sr. Vereador Pedro Pinheiro chamou a atenção para a necessidade de construir um equipamento desta natureza na Freixo do Estuário por ser altamente caravaneado em termos de bibliotecas e é um local em que existe um número bastante elevado de estudantes e portanto seria aconselhável pensar na construção de um equipamento desta natureza na Freixo do Estuário, atualmente na zona compreendida entre Alapain e S. João do Estuário, por ser um local muito concurrido de escolas.

O Sr. Vereador Sr. Clara afirmou disse admitir que é um equipamento que de facto faz parte na frequência do Estuário. Quando se primeira candidatura, a Câmara propôs o conceito de uma biblioteca por frequência, teve depois de receber um bom, porque não se encontravam com a

Reunião de 3 / 12 / 2017

rentabilização destas estruturas implicam uma rede mais alargada e não uma rede por freguesia. Então o que se fez foi criar um eixo forte entre o domínio de base e a futura biblioteca de base, por isso o grande abraço depois de todos os restos das redes. A Casa de Arte de St. Clara foi um bom aproveitamento, ela serve de elevação, nomeadamente para o público juvenil e infantil, mas decidiu-se colmatar essa impossibilidade de se investir numa biblioteca por freguesia nas bibliotecas escolares e criou-se um plano, que vai desde o 1º ciclo até ao Secundário, que investe nas bibliotecas escolares, como anteponto a esse eixo das bibliotecas públicas. Portanto, na impossibilidade de se fazer uma biblioteca por freguesia, foi é um investimento por presentemente a Câmara não consegue suportar, nem em termos de investimento financeiro, nem em termos de recursos humanos e muito menos em termos de lugares disponíveis para fazer essas bibliotecas e o caso do Estoril é um exemplo concreto dessa falta de terreno disponível até para uma escola. Portanto decidiu-se colmatar essa falta com o grande investimento nas bibliotecas escolares. Nas bibliotecas do 1º Ciclo, como disse, é uma batalha já em grande parte ganha, elas têm sido, nestes últimos três anos, depois de todos os preparos, alvo dos maiores investimentos da Câmara, com todo o critério, e vai passar-se agora, a partir dos equipamentos, a trabalhar as bibliotecas das escolas básicas e os centros de documentação das bibliotecas das escolas secundárias, que são mais centros de documentação mais vocacionados para as disciplinas específicas e para os cursos específicos que se dão nas escolas. É um plano que tem sete anos, nos três primeiros anos já há um investimento significativo, e espera-se que nos próximos anos se consiga concretizar esse plano, para que, no final, tenham bibliotecas escolares e três bibliotecas públicas com grande pujança.

6 - VARIANTE DA ABUARDA.

O Sr. Vereador Pedro Manduca perguntou se o Instituto de Estradas já informou a Câmara sobre a forma como pretende resolver o problema que existe neste etc e que tem provocado os condicionamentos visuais por ser construído. É uma situação que está a durar há largos meses e quem já vai ali mais desastrosos que até para breve qualquer dos factos. Para além disso, convém reparar o rail de

protecção que foi demorada num acidente e que está assim há mais de um mês.

O Sr. Presidente da Câmara informar ter o compromisso das Estradas de Portugal SA - que é a entidade responsável por aquela obra e que depois de ter detectado no subsolo a existência de cavernas, encaminhando um conjunto de estudos ao LNEC que procura uma solução para o problema - que o lançamento de obra está previsto ainda para este ano e com prazo de duração de três meses. De resto, recebe reclamações sobre essa situação todas as semanas, julgando os municípios pela responsabilidade da Câmara. Tem um esclarecido quanto a isso e se atende a algumas sugestões que lhe fazem, teria mandado colocar ali uma tabuleta informando que não se trata de uma obra municipal, mas sim das Estradas de Portugal SA, não tendo o Município rigorosamente nada a ver com aquela obra. Mas entendem que a Câmara tem dias mais interessantes onde aplicar o dinheiro dos municípios e tem a expectativa que esta situação seja ultrapassada depressa.

7 - CASA DA MÚSICA, NO MONTE ESTORIL.

O Sr. Vereador Pedro Mendonça lisoujem esta obra fazendo votos que ela seja plenamente usufruída por todos aqueles que se interessam pela Música.

8 - GREVE GERAL DA FUNÇÃO PÚBLICA.

O Sr. Vereador Pedro Mendonça considera que esta greve representa uma manifestação de descontentamento dos trabalhadores pela situação que existe a passar, com a diminuição dos seus direitos e da sua qualidade de vida e que se reflecte também nos municípios portugueses. Na perspectiva da CDU e das outras correntes que apoiaram esta greve, assiste-se a uma perversão e distorção contínua da função Estado e que sem gerando mais estar e desemprego entre os cidadãos, dando origem a estas manifestações por parte dos trabalhadores.

9 - ACÇÃO DE PREVENÇÃO DO HIV.

O Sr. Vereador Manuel de Andrade informou a Câmara Municipal que decorreu durante toda a semana passada esta iniciativa e que existiu a apresentação

Reunião de 3/12/2017

de um filme no Cinema Vila, seguido de debate, que foi presenciado por cerca de seiscentos adolescentes da 1ª e 2ª escalas tendo como palestrantes o Sr. Dr. Vere e a equipa do Hospital de Cascais. Tere oportunidade de acompanhar este debate, e pôde verificar grande participação e assistência.

= O PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA TERMINOU ÀS 15:50 =

PONTOS PRÉVIOS:

- a) - 115 ALTERAÇÃO AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2007-2010 E 115 AO ORÇAMENTO 2017 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO Nº 70/2017.

O Sr. Presidente da Câmara apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida e discutida, por unanimidade, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 1 voto contra do Sr. Vereador Humberto Pacheco, que efectivamente declarou de voto.

- b) - SAÍDA DO MUNICÍPIO DE CASCAIS DE SÓCIO DA ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-EDUCATIVO DO CONCELHO DE CASCAIS (ADEC).

O Sr. Presidente da Câmara apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida e discutida, por unanimidade, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, não tendo participado na discussão e votação o Sr. Vereador José Cláudio Justino.

- c) - COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS NO AJARDINAMENTO DO LOGADOURO DA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA JUVENTUDE CARASCALENSE - CARASCAL DO ALTO.

O Sr. Vice-Presidente da Câmara apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida e discutida, por unanimidade.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

3.DESPACHOS, NOTAS DE SERVIÇO E ORDENS DE SERVIÇO:

3.1.DESPACHOS.

A Câmara Municipal tornou embargada.

4.URBANISMO:

4.1.PROCESSO Nº: 1500/2007 - SPO - NOME: CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS - ASSUNTO: LOTEAMENTO PARA EMPARCELAMENTO DE CINCO ARTIGOS MATRICIAIS PARA CRIAÇÃO DE UM LOTE - LOCAL: GALIZA – FREGUESIA DO ESTORIL

Apresentado por unanimidade.

5.CULTURA:

5.1.PROJECTO REDE DE CONHECIMENTO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS - PROTOCOLO ENTRE A DIRECÇÃO GERAL DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS E O MUNICÍPIO DE CASCAIS - RECTIFICAÇÃO DE DATA DE TÉRMINO.

Apresentado por unanimidade.

5.2.PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS E O GRUPO DE AMIGOS DO MUSEU DO MAR.

Petição

5.3. ABERTURA DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO RELATIVO À EVENTUAL CLASSIFICAÇÃO DA MÃE D'AGUA E TROÇO DE AQUEDUTO DO SÉCULO XVI DA ANTIGA FONTE NOVA, SITOS NA RUA FRANKLIN LAMAS "VIVEIROS DA RIBEIRA DOS MOCHOS", CASCAIS, COMO IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL.

Aprovado por unanimidade.

5.4. CANDIDATURA À PORTARIA 384/02 – FUNDAÇÃO D, LUÍS I.

Aprovado por unanimidade.

5.5. CANDIDATURA À PORTARIA 384/02 – QUINTA DA ENCOSTA.

Aprovado por unanimidade.

5.6. CANDIDATURA À PORTARIA 384/02 – O.M.L. / ORQUESTRA METROPOLITANA DE LISBOA.

Aprovado por unanimidade.

6. DESPORTO:

6.1. ANULAÇÃO DE VALORES DIVERSOS - SUBSÍDIOS E REMANESCENTES DE SUBSÍDIOS APROVADOS EM REUNIÃO DE CÂMARA.

Aprovado por unanimidade.

7.PATRIMÓNIO:

7.1. AQUISIÇÃO POR VIA DO DIREITO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO, COM ÁREA DE 898 M2, PERTENCENTE A CARLOS FERNANDES DIAS E OUTROS, SITUADA NOS LIMITES DA REBELVA, FREGUESIA DE CARCAVELOS, DESTINADA À EXECUÇÃO DA "VIA LONGITUDINAL SUL - TROÇO VARIANTE À EN 6.7/ESTRADA DA REBELVA" - PARCELA 7.

Apresentado por unanimidade.

7.2. RESOLUÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ESPONDILITE ANQUILOSANTE.

Apresentado por unanimidade.

7.3. CEDÊNCIA DE BENS MÓVEIS À FUNDAÇÃO D. LUIS.

Apresentado por unanimidade.

8.AMBIENTE:

8.1. CONCURSO PÚBLICO PARA A EXPLORAÇÃO DA CAFETARIA DO PARQUE DA QUINTA DA ALAGOA EM CARCAVELOS.

Apresentado por unanimidade.

8.2. PROPOSTA DE TARIFÁRIO PARA 2008- ÁGUAS DE CASCAIS S.A.

*Aprovado com 1 abstenção do Sr. Vereador
Luís António Pacheco do B.*

8.3. TRANSFERÊNCIA PARA A AMTRES NO VALOR DE € 971.543,83
REFERENTE AO PAGAMENTO DO MÊS DE OUTUBRO DE 2007 -
TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

Aprovado por unanimidade.

9.HABITAÇÃO: NOTA: *o Sr. Vice-Presidente da Câmara retirou-se
da reunião nos momentos de apresentação
deste ponto às 16:08*

9.1. RECTIFICAÇÃO ÀS PROPOSTAS 1673/2007, APROVADA EM REUNIÃO
DE CÂMARA DE 12.11.2007, PONTO 17.3 E 1493/2007, APROVADA EM
15/10/2007, PONTO 18.3.

Aprovado por unanimidade.

9.2. RECTIFICAÇÃO À PROPOSTA 1494/2007, APROVADA EM REUNIÃO DE
CÂMARA DE 15.10.2007, PONTO 18.4 REFERENTE À ATRIBUIÇÃO DE 2
FOGOS DE ARRENDAMENTO A AGREGADOS FAMILIARES RECENSEADOS
NO PER NO BAIRRO DO FIM DO MUNDO.

Aprovado por unanimidade.

9.3. RECTIFICAÇÃO À PROPOSTA 1591/2007, APROVADA EM REUNIÃO DE
CÂMARA DE 29.10.2007, PONTO 15.5 REFERENTE À ATRIBUIÇÃO DE 5
FOGOS DE ARRENDAMENTO A AGREGADOS FAMILIARES DO BAIRRO DO
FIM DO MUNDO.

Aprovado por unanimidade.

9.4. RECTIFICAÇÃO À PROPOSTA 1492/2007, APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 15.10.2007, PONTO 18.2 REFERENTE À ATRIBUIÇÃO DE 1 FOGO DE ARRENDAMENTO.

Aprovado por unanimidade.

9.5. ACORDO DE CEDÊNCIA DE HABITAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO DE 1 FOGO NO BAIRRO DE ALCOITÃO A UM AGREGADO RECENSEADO NO PROGRAMA PROHABITA.

Aprovado por unanimidade.

9.6. ATRIBUIÇÃO DE 1 FOGO DE ARRENDAMENTO NO EMPREENDIMENTO DA ABÓBODA A AVELINO SEMEDO MOREIRA E NARCI MENDES VIEIRA SEMEDO.

Aprovado por unanimidade.

9.7. CRITÉRIOS E PROPOSTAS DE REALOJAMENTO PARA AGREGADOS NÃO RECENSEADOS NO PER.

Adiado.

10.DIVERSOS:

10.1.ALTERAÇÃO DA DATA DO FERIADO MUNICIPAL.

Adiado.

**10.2. PROPOSTA DE NOVO REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE ARQUIVO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS.**

Aprovado por unanimidade.

**10.3. ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO E O
MUNICÍPIO DE CASCAIS – RATIFICAÇÃO.**

Aprovado por unanimidade.

11. INFORMAÇÕES:

**11.1. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 3º TRIMESTRE 2007 –
ARCASCAIS E.M...**

A Câmara Municipal tem aprovado.

**11.2. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO DE RESULTADOS DO XXVI ESTORIL
JAZZ/JAZZ NUM DIA DE VERÃO.**

A Câmara Municipal tem aprovado.

**11.3. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE
CASCAIS E A FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS DA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA"**

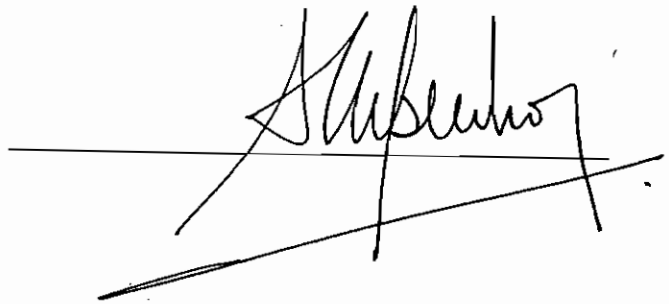
A Câmara Municipal tem aprovado.

Às 16 horas e 47 minutos foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a reunião.

Eu, António D' Orey Capucho a subscrevi.

O Presidente

ANTÓNIO D' OREY CAPUCHO



Os Vereadores

FERNANDO JOSÉ DE VASCONCELOS ARROBAS DA SILVA

CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS

JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO

UMBERTO PEREIRA PACHECO

PEDRO LUIS CONDE CALDEIRA SANTOS

ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO

PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA

MARIA CARLA DE CARVALHO VALENTE DE ALMEIDA

ARTUR MARTINS FERREIRA

MANUEL HENRIQUE BRIGUE FERREIRA DE ÁNDRADE

